

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 150

Período: 13/11/04 a 19/11/04

Franca – Brasil

- 1-Marinha é acionada para auxiliar no resgate do corpo de jornalista francês no Amazonas
- 2-Lei do Abate tem resultados positivos
- 3-Jornalista propõe afirmação do poder do Ministério da Defesa
- 4-Ministério da Justiça nega anistia à ex-diplomata supostamente perseguido pela ditadura
- 5-*O Globo* retoma polêmica sobre inspeções da AIEA às instalações de Resende
- 6-Governo pretende negociar com militares retratação por tortura
- 7-Segundo jornal, formação da elite do Exército pode justificar o movimento de 1964
- 8-Oficiais militares buscam aperfeiçoamento entre civis
- 9-Escolha de novos caças da FAB é apontada como desafio
- 10-**Missão no Haiti I:** Tropas brasileiras devem permanecer por mais um ano
- 11-**Missão no Haiti II:** Brasil envia segundo contingente de militares
- 12-**Arquivos da ditadura I:** Juiz acata pedido de abertura do Ministério Público
- 13-**Arquivos da ditadura II:** Chefe do gabinete de Segurança Institucional condena abertura de arquivos
- 14-**Arquivos da ditadura III:** presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Presidência pede demissão
- 15-**Arquivos da ditadura IV:** Alencar afirma que abertura não é assunto de sua pasta
- 16-**Arquivos da ditadura V:** Exército libera o acesso as suas unidades
- 17-**Arquivos da Ditadura VI:** Veit apóia proposta do general Félix
- 18-Exército realiza manobras na Amazônia
- 19-Governo quer mudar critérios para indenizar vítimas da ditadura
- 20-**Conferência de ministros da Defesa I:** Novo ministro da Defesa vai a Quito para tratar de cooperação hemisférica
- 21-**Conferência de ministros da Defesa II:** Discurso de Alencar contraria sugestões norte-americanas
- 22-Brasil e Alemanha encerram ciclo de acordos nucleares
- 23-FAB resgata brasileiros na Costa do Marfim
- 24-América do Sul tem menor gasto militar do mundo
- 25-Tribunal volta a autorizar transferência de militares para universidades
- 26- Possível futuro vice-secretário dos Estados Unidos objeta projeto nuclear brasileiro
- 27- Presidente francês sugere Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU

Marinha é acionada para auxiliar no resgate do corpo de jornalista francês no Amazonas

De acordo com o jornal *O Globo*, a Marinha brasileira recebeu chamado do Corpo de Bombeiros de Manaus para ajudar nas buscas do corpo do jornalista francês Joel Taunay. O jornalista, juntamente com um fotógrafo, estava a bordo de um hidroavião sobrevoando o arquipélago de Anavilhanas, no Amazonas, para captar imagens de um outro avião, o Lake PT-WAF. Os corpos do piloto do hidroavião e do fotógrafo já haviam sido encontrados. A Marinha apoiará os bombeiros na continuidade das buscas. (*O Globo – O País – 13/11/04*).

Lei do Abate tem resultados positivos

Segundo o *Jornal do Brasil* a Lei do Abate, que autoriza aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) a derrubar aeronaves sem identificação no espaço aéreo brasileiro, está sendo eficaz, já que os vôos clandestinos na Amazônia e no Centro-Oeste praticamente cessaram. Segundo *O Estado de S. Paulo*, neste ano, entre 1º de janeiro e 16 de outubro, o Comando da Defesa Aeroespacial Brasileiro registrou 3.585 vôos irregulares. *O Globo* informou que dados do Comando da Aeronáutica relatam que em um mês de funcionamento a média diária de vôos desconhecidos ou sem planos registrados teve redução de 32%. De acordo com o jornal, a Aeronáutica considerou a queda um sinal da retração no transporte de entorpecentes no espaço aéreo brasileiro. Foi relatado, ainda, que durante interceptações de aeronaves suspeitas, os pilotos irregulares acataram as ordens da FAB, não sendo necessário adotar medidas drásticas. De acordo com o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, o número de tráfegos deve ter uma queda ainda maior. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 18/11/04; Jornal do Brasil – Colunas – 13/11/04; O Globo – O País – 18/11/04*).

Jornalista propõe afirmação do poder do Ministério da Defesa

Em coluna opinativa ao *Jornal do Brasil*, o jornalista Augusto Nunes declarou que o novo ministro da Defesa, José Alencar, deverá saber neutralizar os extremistas remanescentes do regime militar que tentam desobedecer ao comando do ministério ao qual estão subordinados. Além disso, Alencar precisará resolver o problema dos baixos soldos e dos equipamentos obsoletos, sempre afirmando a autoridade do Ministério frente às três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica). (*Jornal do Brasil – Colunas – 13/11/04*).

Ministério da Justiça nega anistia a ex-diplomata supostamente perseguido pela ditadura

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o Ministério da Justiça negou ao ex-diplomata Octavio Eduardo Guinle o reconhecimento de anistiado político e a reparação econômica em decorrência de suposta perseguição durante a ditadura militar. O ex-diplomata menciona em sua defesa que foi preso por 90 dias, além de ter sido aconselhado a se desligar da carreira, por ter outorgado um passaporte a José Serra no ano de 1970, época em que este era asilado político no Chile.

Entretanto, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que pediu a revisão do processo que já havia sido julgado e acatado no governo de Fernando Henrique Cardoso, entendeu que Guinle sofreu punição por ter cometido um erro administrativo, caso que não configura perseguição. Bastos afirmou que o governo abrirá os arquivos da ditadura, sem que, contudo, a divulgação dos documentos cause grandes constrangimentos aos militares. Tal divulgação deve obedecer a uma legislação única para os três comandos militares, disse o ministro. Sobre o caso Guinle, o ministro também argumentou o fato de não haver provas de que o ex-diplomata tenha sido pressionado a abandonar o cargo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 17/11/04).

O Globo retoma polêmica sobre inspeções da AIEA às instalações de Resende

O jornal *O Globo*, em matéria opinativa, retomou a polêmica sobre as ultracentrífugas de enriquecimento de urânio, afirmando não serem justificáveis as suspeitas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre o programa nuclear brasileiro. Isto porque o Brasil, signatário de todos os dispositivos que proíbem o desenvolvimento de armas nucleares, enriquece urânio para ser usado somente como combustível nas usinas de Angra. Sendo assim, o jornal declara que o país deve proteger sigilosamente a tecnologia nacional. Entretanto, o jornalista André Felipe Lima, em coluna para o mesmo jornal, desafia o governo brasileiro a autorizar as inspeções em Resende (estado do Rio de Janeiro), afirmando que se a tecnologia é patenteada e a AIEA não a considera um risco, não há porque manter as ultracentrífugas sob sigilo. O jornalista argumenta também que o governo brasileiro deve explicações sobre dois casos envolvendo relações comerciais de militares e cientistas brasileiros com o Iraque. O primeiro caso remete-se ao ano de 2002, quando o físico iraquiano dissidente Khidir Hamza revelou que o Iraque havia contrabandeado urânio brasileiro para produzir armas nucleares. O segundo caso aponta para o químico alemão Karl Heinz Schaab, o qual foi preso no final dos anos 80 por ter sido acusado de vender ilegalmente tecnologia nuclear alemã, da indústria Urenco, para o Iraque. O jornalista André Felipe de Lima revela que o químico Schaab era freqüentemente visto no Centro Experimental de Aramar, da Marinha brasileira, local onde a ultracentrífuga de enriquecimento de urânio foi desenvolvida. Além disso, o químico também fez parte da equipe que arquitetou o projeto do submarino nuclear do Brasil. Para o jornalista, estes fatos justificam a postura autoritária da AIEA e condicionam o governo brasileiro a esclarecer o ocorrido, aceitando inspeções mais intrusas. (O Globo – Opinião – 13/11/04).

Governo pretende negociar com militares retratação por tortura

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, parte da cúpula do governo concluiu que já há condições políticas para "conquistar" (e não "arrancar") um pedido de desculpas oficial das Forças Armadas pela prática de tortura durante a ditadura militar (1964-1985). A intenção é negociar com as três forças para que a retratação parta delas, sem parecer imposição. Segundo o jornal, a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é tida como "generosa". A de ministros e parlamentares mais diretamente ligados à resistência ao regime é "cautelosa", articulando retratação

sem ares de revanchismo. E a das bases petistas é "ansiosa" pela abertura dos arquivos e pelo pedido de desculpas. O jornal disse, ainda, que a posição dos militares é de que "o passado é passado", que a anistia "encerrou uma etapa da história" e que "houve erros dos dois lados". Um primeiro teste para saber até onde conseguem avançar os que querem a retratação das Forças Armadas e até onde admitem ceder os que não querem, será a divulgação do relatório da comissão interministerial sobre a guerrilha do Araguaia, movimento armado liderado pelo Partido Comunista do Brasil na divisa do Tocantins (na época, parte de Goiás), Pará e Maranhão, entre 1972 e 1975. A comissão foi criada para atender a determinação judicial de abrir os documentos sobre a guerrilha e identificar o destino de corpos de guerrilheiros desaparecidos. Segundo informou o jornal, o relatório final não trará nenhum elemento novo, como a descoberta de corpos ou covas, mas avançará politicamente ao fazer, com base em depoimentos e diligências, um relato oficial, assumido pelo Estado, sobre os acontecimentos da época. Com o objetivo de criar condições mais favoráveis para a divulgação de documentos da ditadura militar, o governo tem estudado as reivindicações mais urgentes das três Forças Armadas, conforme apontou a *Folha*. Entre as reivindicações, estaria o aumento dos soldos (principalmente, os 23% que devem ser concedidos no primeiro trimestre de 2005, tendo em vista o aumento linear de 10% concedido este ano), a ampliação do contingente do Exército em 30 mil recrutas, a renovação dos caças da Força Aérea Brasileira (FAB), bem como a restauração da frota da Força Naval. (Folha de S. Paulo – Brasil - 14/11/04).

Segundo jornal, formação da elite do Exército pode justificar o movimento de 1964
Em consonância com a *Folha de S. Paulo*, 40 anos depois do golpe e quase 20 anos depois da transição para um governo civil, o ideário militar que justificou a interrupção da democracia em 1964 ainda é reproduzido na principal instituição formadora do alto comando do Exército brasileiro - a Academia Militar das Agulhas Negras. Quatro aspirantes a oficial foram selecionados pela própria instituição para falarem à reportagem da *Folha*, sendo que os quatro se declararam a favor do golpe militar. A Academia, localizada em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, ocupa uma área de 67 km² e abriga cerca de 1.600 alunos no total, sendo destes 400 novos formandos a cada ano. O instrutor-chefe da seção de ensino de geografia e história militar, major Alberto Weirich, explica que não há imposição de visão sobre o golpe e a ditadura. Em outra reportagem, a *Folha* noticiou que na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) há um culto ao general Humberto Castello Branco (1900-67), primeiro Presidente do período ditatorial e diretor da escola de 1954 a 1956. Segundo o jornal, no *site* da Eceme na *internet*, há um espaço dedicado ao general que inclui frases suas sobre o golpe de 64. Estes seriam os indícios apontados pelo jornal de que a formação de uma elite militar favorece o desenvolvimento de uma visão favorável ao golpe. No entanto, de acordo com o comandante da Eceme, general Luiz Eduardo Rocha Paiva, o que ocorreu em 1964 foi um momento histórico, com o qual o [aluno] militar pode concordar ou não. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/04).

Oficiais militares buscam aperfeiçoamento entre civis

Oficiais das Forças Armadas preocupados com a necessidade de um aprimoramento profissional e em ter opções de trabalho após encerrarem a vida militar estão se matriculando em universidades públicas e privadas, conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*. O aprendizado civil ocorre de forma simultânea ao cotidiano nos quartéis e nas repartições militares. Segundo o professor Eliézer Rizzo de Oliveira, titular de Ciências Políticas e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a integração de militares à vida civil universitária "é muito perceptível". Segundo ele, o fenômeno tem dois significados. De um lado, traduziria um grande desafio pessoal e intelectual que se coloca aos oficiais. Por outro lado, estaria a contribuição que os oficiais, com essa formação complementar, poderiam oferecer para melhorar o trabalho das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/04).

Escolha de novos caças da FAB é apontada como desafio

O jornal *Estado de S. Paulo* informou que em duas semanas perdem validade as cinco propostas finais da concorrência FX, que decidirá a compra do primeiro lote de 12 unidades da nova geração de caças da Força Aérea Brasileira (FAB). O ministro da Defesa, José Alencar, está sendo solicitado a interferir e apressar a solução. O contrato, avaliado em US\$ 700 milhões, dá início a um longo processo que pretende dotar a aviação militar do Brasil de pelo menos 120 aeronaves do mesmo tipo até 2015, equivalendo a um negócio da ordem de US\$ 7 bilhões. Segundo o jornal, a expectativa de assumir esse programa, parte de um plano estratégico conhecido como Projeto Fênix, que atraiu cinco consórcios internacionais: Embraer-Dassault, franco-brasileiro, com o modelo Mirage 2000/Br; Lockheed-Martin, americano, com o F-16 50/52; Saab-BAe, sueco-britânico, com o JAS-39 Gripen; Avibrás-Sukhoi, russo-brasileiro, com o Su-35 Super Flanker; e Rac-Mig, com o Mig-29C. A escolha é feita em reunião do Conselho de Defesa Nacional (CDN), chefiado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Composto por ministros e pelos presidentes da Câmara e do Senado, o CDN segue a dinâmica dos processos jurídicos: seus integrantes só podem considerar os termos das propostas contidos nos documentos. O *lobby* dos interessados é intenso. O jornal disse ainda que por conta da operação Cruzeiro do Sul, do Comando da Aeronáutica, que começou dia 7 e vai até o dia 20, no Nordeste, há oito supersônicos Mirage 2000 operando na base da FAB em Natal. Basicamente trata-se do mesmo tipo de avião que a Embraer, associada à Dassault Aviation, está apresentando na licitação FX. Os esquadrões Picardie e Lafayette participarão do ensaio que será o maior já realizado no país, sob coordenação da Força Aérea. Terão parte mais de 70 aviões, cerca de 1.200 homens e mulheres. A visita do presidente da Rússia, Vladimir Putin, que chega ao Brasil no dia 21, pode ter na agenda a formalização de uma contrapartida pela vitória do Su-35. As autoridades russas acenaram para o Vice-Presidente José Alencar, em Moscou, com a possibilidade de grande compra de 50 aviões civis, mais o fim do embargo às exportações de carne e a compra de bens industrializados. Os jatos de defesa aérea em uso pela FAB - do tipo Mirage III/BR, vários com 32 anos de uso - foram submetidos a um teste no mês passado, no Rio Grande do Sul. Os caças operaram dia e noite, levados ao limite. Apesar do tempo

de uso, os jatos cumpriram todas as missões, embora prejudicados pela defasagem tecnológica. O início da substituição dos Mirage já está marcado para o dia 31 de dezembro de 2005. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/11/04).

Missão no Haiti I: Tropas brasileiras devem permanecer mais um ano no

Segundo o jornal *Estado de S. Paulo*, as tropas brasileiras permanecerão mais um ano no Haiti, até o segundo turno das eleições presidenciais, em dezembro de 2005. A previsão é do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante da Força Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Além da substituição dos 1200 homens, soldados de infantaria do Exército e fuzileiros da Marinha, que deverão voltar ao Brasil dentro de três semanas, ele sugeriu ao governo brasileiro que seja enviado a Porto Príncipe um batalhão de engenharia para ajudar na reconstrução do país. O aumento de efetivo depende de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS da ONU) e de autorização do Congresso. Conforme notícias assinaladas pelo *Informe Brasil* e, de acordo com declarações do general Augusto Heleno, as tropas brasileiras estão sendo hostilizadas pelos haitianos, o que contrasta com a recepção que teve conformação de festa e entusiasmo. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/11/04).

Missão no Haiti II: Brasil envia segundo contingente de militares

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o segundo contingente de militares que integram a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti partiu de uma base naval de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 18 de novembro, com o fim de substituir os militares de outro contingente enviado em maio passado ao país. A tropa enviada é composta por 274 militares, sendo 204 fuzileiros navais, 40 homens de apoio da Marinha e 30 do Exército, que deverão chegar ao Haiti no dia 5 de dezembro. O navio também enviou alimentos, água, roupas e equipamentos militares. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/11/04; O Globo – O Mundo – 19/11/04).

Arquivos da ditadura I: Juiz acata pedido de abertura do Ministério Público

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o procurador da República João Gilberto Gonçalves Filho, da cidade de Taubaté, interior do Estado de São Paulo, propôs na justiça uma ação civil que determina a abertura de todos os documentos secretos produzidos pelo Exército no período da ditadura militar. Na opinião de Gonçalves Filho, o sigilo desses documentos pode estar protegendo interesses particulares de políticos e militares que estiveram envolvidos no regime. A nota divulgada pelo Exército após a publicação das fotos que supostamente seriam do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) durante a ditadura, foi o principal motivo para que Gonçalves Filho movesse a ação determinando a abertura dos arquivos. Segundo ele, "a nota do Exército mostra como a democracia no Brasil é incipiente e frágil. Mostra que o Exército não está

arrependido. Aliás, mostra que o Exército tem orgulho da época da ditadura”. O *Estado de S. Paulo* ainda afirmou que a ação do Ministério Público ficou restrita ao Exército porque queria concentrar as buscas nos registros do DOI-Codi. No entanto, a *Folha de S. Paulo* declarou que a Procuradoria da República de Taubaté pediu para que se estenda à Marinha, à Aeronáutica, à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a decisão da Justiça Federal que determinou a abertura de arquivos do Exército referentes ao período da ditadura militar (1964-1985). O pedido foi feito por Gonçalves Filho e protocolado na Justiça Federal em Guaratinguetá, no Estado de São Paulo. O procurador acredita que a Abin herdou os arquivos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e que, nos anos 80, a Polícia Federal abrigou a documentação do também fechado Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DOPS). Na opinião do procurador, o governo federal está demorando muito para abrir os documentos, contudo, ele nega que esteja querendo prejudicar o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz Paulo Alberto Jorge acolheu o pedido do procurador de Taubaté e decidiu por meio de liminar a quebra de sigilo dos arquivos. De acordo com a decisão, os documentos devem ser levados para o quartel do Exército localizado em Lorena, interior de São Paulo, onde serão analisados pela Justiça. Após isso, serão tornados públicos somente os papéis que não forem considerados sigilosos à luz da Constituição Brasileira, fato que deve causar outra polêmica, especialmente sobre qual órgão responsável deve caber a responsabilidade pela decisão de quais documentos devem ser considerados sigilosos ou não. O *Jornal do Brasil* complementa que a decisão do juiz Alberto Jorge deve passar ainda pela Advocacia Geral da União (AGU), órgão responsável pela defesa do governo federal, que poderá recorrer à sentença, pois esta apresenta caráter liminar. O juiz acha coerente que a AGU recorra, pois se trata de um assunto que deve ser discutido por instâncias superiores, até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo a *Folha*, a AGU e o Comando do Exército somente manifestarão suas opiniões quando receberem notificação da Justiça. Segundo o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, “o Presidente da República já manifestou que vai tratar da abertura de arquivos e da revisão do decreto [que trata do tema]”. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa, assim como o Comando das três Forças não se pronunciou oficialmente. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o advogado Antônio Alexandre Garcia apresentará petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos solicitando que o governo brasileiro seja obrigado a abrir os arquivos do período do regime militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 18/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 13/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/11/04).

Arquivos da ditadura II: Chefe do gabinete de Segurança Institucional condena abertura de arquivos

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, é contra a abertura dos documentos da ditadura militar (1964-1985). Segundo ele, haveria informações comprometedoras

nos documentos. O general disse que sua preocupação não é poupar os torturadores e sim os perseguidos e torturados. A versão de Félix é na prática um aviso às vítimas do regime que exigem a abertura dos documentos: os registros, segundo ele, mostram uma esquerda corrupta, que mantinha relações extraconjugais e delatava companheiros. Quando questionado a respeito da tortura e dos desaparecimentos, o general disse não ter encontrado ainda nenhum documento a respeito. O jornal questionou Félix se as delações não seriam fruto do medo do regime da ditadura. O general respondeu que "O pior inimigo que você pode ter é o Estado." Os colunistas da *Folha de S. Paulo* Clóvis Rossi e Eliane Catanhêde criticaram a afirmação do general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, de que os arquivos da ditadura contêm coisas "nada bonitas" e de que os ditos arquivos desmoralizariam os adversários do regime. Félix classifica como uma violência institucional a destruição de evidências que, segundo ele, comprometem os amigos do regime e a manutenção daquelas que supostamente comprometem os adversários. Eliane Catanhêde criticou o fato de a entrevista do general indicar que a abertura dos documentos só revelaria os vexames contra as vítimas e não os autores da repressão. Segundo ela, poderia até haver uma inversão de papéis, já que foram os torturadores que registraram os depoimentos, histórias e nomes. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/11/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 16/11/04*).

Arquivos da ditadura III: presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Presidência pede demissão

O jornal *O Globo* noticiou, neste dia 15, que o presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República, João Luiz Duboc Pinaud, comunicou ao presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, sua decisão de renunciar ao cargo. Pinaud deve apresentar nos próximos dias uma carta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contendo os motivos de seu pedido de demissão, mas já informou que sua decisão deve-se basicamente à discordância com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, a respeito da condução da política nessa área e à resistência que encontra no governo em relação à abertura dos arquivos sobre os mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar. De acordo com a *Folha de S. Paulo* outros motivos de atrito entre Pinaud e o ministro Miranda foi a nomeação de funcionários da comissão e o não fornecimento de passagens aéreas para que os membros da Comissão pudessem participar de reuniões agendadas em Brasília. Pinaud alegou que Nilmário Miranda teria nomeado funcionários sem consultá-lo e que a comissão está subordinada à Presidência da República e não à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Pinaud reclamou que o ministro estaria inviabilizando todas as suas iniciativas como a proposta de uma ação para exigir a tomada de depoimentos de testemunhas da Guerrilha do Araguaia. Roberto Busato, presidente nacional da OAB, disse que a renúncia é resultado da carência de unidade do governo nas questões relativas à abertura dos arquivos e aos direitos humanos, informou o jornal. Segundo o *Estado de S. Paulo*, Nilmário Miranda rebateu as críticas, disse que Pinaud não tinha se adaptado ao cargo assumido no dia 29 de junho e que ele tinha outras expectativas. O substituto será o advogado

Augustino Veit, assessor da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, ex-assessor da Comissão de Direitos Humanos e o primeiro coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Veit terá o trabalho de conduzir a análise de 102 processos de indenização além da criação de um banco de DNA de famílias das vítimas. O *Jornal do Brasil* afirmou que o ex-presidente da comissão não sentia mais um ambiente favorável para uma rigorosa apuração dos fatos do caso do jornalista Herzog. Nilmário garantiu a continuação do debate sobre a abertura dos arquivos do regime militar e sobre o decreto que fixa o tempo em que os documentos de governo são mantidos sob sigilo. (Folha de S. Paulo – Brasil - 16/11/04; *Jornal do Brasil* – Brasil - 16/11/04; O Estado de S. Paulo - Nacional - 16/11/04; O Globo - O País - 16/11/04; O Globo – O País – 15/11/04).

Arquivos da ditadura IV: Alencar afirma que abertura não é assunto de sua pasta Segundo *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Alencar, afirmou que a questão da abertura dos arquivos do regime militar não é um tema específico de sua pasta e sim uma questão nacional de governo. Apesar de reconhecer o direito das famílias de se informarem sobre desaparecidos durante o regime militar, Alencar acredita que o tema é alvo de especulações políticas e que não está na esfera de preocupações do Exército. O Estado também noticiou que o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso teria declarado que só assinou o decreto presidencial no fim de seu mandato prolongando o prazo de sigilo de documentos do governo brasileiro por não ter sido devidamente informado sobre sua gravidade. O Ex-Presidente questionou a postura do atual governo quanto ao decreto, uma vez que, de acordo com ele, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é dotado de poderes para modificá-lo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/04; O Globo – O País – 18/11/04).

Arquivos da ditadura V: Exército libera o acesso as suas unidades

Segundo o jornal *O Globo*, o coronel João Batista Fagundes, representante das Forças Armadas na Comissão de Mortos e Desaparecidos, afirmou que o Comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, já autorizou o acesso dos integrantes da comissão a qualquer unidade da Força em busca de documentos sobre a repressão durante o regime militar. Todavia, o coronel Fagundes declarou que a Lei da Anistia implica em esquecimento e que a abertura de tais arquivos poderá ser desagradável não só para alguns militares, mas para alguns setores da esquerda. Já o novo presidente da comissão, Augustino Veit, declarou que a abertura de arquivos seria proveitosa tanto para a comissão quanto para o Exército. (O Globo – O País – 19/11/04).

Arquivos da Ditadura VI: Veit apóia proposta do general Félix

O atual presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos do regime militar, Augustino Veit, afirmou que apóia a proposta do general Jorge Félix, apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de criar uma comissão com representantes das Forças Armadas, dos Ministérios da Defesa e da Justiça e dos parentes de mortos e desaparecidos durante o período da ditadura militar, para analisar e definir o destino dos arquivos do regime militar. Esta comissão seria criada por lei e o seu

funcionamento regulamentado por ato do presidente. Segundo a proposta do general, haveria três classificações para os arquivos do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), hoje em poder da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Os arquivos referentes a assuntos pessoais seriam destruídos, os que tratassem de torturas e desmandos cometidos pelos órgãos de repressão da ditadura seriam enviados ao arquivo público de documentos e os considerados segredos de Estado seriam classificados como sigilosos, secretos e ultra-secretos, com prazos para serem divulgados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/11/04).

Exército realiza manobras na Amazônia

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou o início da Operação Ajuricaba III, do Exército brasileiro, na região setentrional da Amazônia, que abrange os estados do Pará e Amapá. Cerca de 500 homens foram mobilizados nos dois estados. No arquipélago do Marajó, o Exército utilizou várias aeronaves. Uma delas é um helicóptero Black Hawk, de fabricação norte-americana que opera na Amazônia há cinco anos. Um major do Exército, identificado como Falcão, explicou que no próximo exercício, será simulada uma invasão estrangeira e haverá enfrentamento na selva. Além de alta tecnologia, misturada com técnicas rudimentares, como a utilização de pombos-correios, o "inimigo" terá pela frente um Exército que fará uso de táticas de guerrilha. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Comandante da mais alta academia de formação do militar brasileiro, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, considera a "guerra de resistência" ou "guerra de guerrilha" como a principal estratégia contra um possível invasor na Amazônia. Este tema vem sendo recorrentemente discutido no Exército atualmente. Rocha Paiva, que comanda a escola do Rio frequentada por 285 alunos graduados, revela que a guerra de guerrilha tornou-se parte fundamental da doutrina militar brasileira e passou a ser, como prioridade, ensinada e analisada nas escolas militares. Cientes de que o possível exército invasor seria bem mais estruturado que o brasileiro, os militares têm estudado uma estratégia incomum para uma força regular. A doutrina trabalha com um cenário no qual a Amazônia é invadida por uma coalizão de países que declararia a região de "interesse internacional". Essa hipótese catastrófica tem outra vertente: um ataque prévio da coalizão contra alvos no Sul e no Sudeste, com vistas a enfraquecer o Exército na Amazônia e facilitar a invasão pelo norte do país. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/11/04).

Governo quer mudar critérios para indenizar vítimas da ditadura

O jornal *Estado de S. Paulo* informou que parlamentares da base aliada e do governo defenderam a mudança na legislação que indeniza brasileiros atingidos pela ditadura militar, propondo a fixação de um teto para as indenizações e pensões concedidas, a fim de evitar distorções e a concessão de valores milionários. Conforme informou *O Globo*, a lei atual, aprovada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, prevê um teto de indenizações de R\$ 150 mil para familiares de mortos e desaparecidos políticos, mas não fixou limite para as reparações a vítimas vivas. O secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, diz

que a Lei da Anistia "contém distorções graves, porque permite o enriquecimento de algumas pessoas com o dinheiro público que falta para programas sociais importantes". Segundo ele, a conta das indenizações chega a R\$ 4 bilhões. O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (do Partido dos Trabalhadores) apontou como distorção na legislação a diferença entre as indenizações concedidas aos anistiados vivos e as famílias de mortos e desaparecidos. Segundo ele, é uma injustiça que as famílias dos mortos e desaparecidos da ditadura recebam indenizações no valor máximo de R\$ 150 mil, enquanto os anistiados vivos recebam pensões vitalícias de até R\$ 19 mil mensais e indenizações retroativas de aproximadamente R\$ 2 milhões, sem qualquer incidência de impostos. Parlamentares ouvidos por *O Estado* avaliam, ainda, que a atual legislação dá margem a muitos equívocos, como a concessão de benefícios para pessoas que nem chegaram a ser perseguidas politicamente. Segundo *O Globo*, o ex-guerrilheiro e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genuíno, defendeu a mudança na atual legislação e afirmou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos também concordou a respeito da necessidade de alteração em alguns pontos da lei. O professor de Direito, Miguel Reale, disse ao *Estado* que a legislação que regulamenta as indenizações para os anistiados pode ser mudada sem qualquer ameaça à constitucionalidade, a qual fica garantida pelo "evidente interesse social" da questão. A intenção do governo neste momento é forçar a reabertura da discussão de forma natural, de maneira a não parecer que existe uma posição contrária às vítimas vivas da ditadura. O Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso se manifestou a esse respeito afirmando que houve exagero nas indenizações. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/11/04*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/11/04*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/04*; *O Globo – O País – 15/11/04*).

Conferência de ministros da Defesa I: Novo ministro da Defesa vai a Quito para tratar de cooperação hemisférica

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o novo ministro da Defesa, José Alencar, foi, no dia 15, a Quito, no Equador para debater as questões americanas de Defesa. Logo no primeiro dia da 6.^a Conferência dos Ministros da Defesa das Américas, o novo ministro conversou com a principal figura do encontro, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, a pedido deste. Rumsfeld quer apoio do Brasil para a proposta americana de redefinir a função da Junta Interamericana de Defesa (JID) e, potencialmente, transformá-la a numa agência hemisférica de coordenação da luta contra o crime organizado transnacional e o terrorismo, envolvendo as Forças Armadas dos países do continente em missões que vão além de suas funções clássicas de defesa do território, à participação em missões internacionais de paz e assistência em desastres naturais. De acordo com o *Estado*, a proposta de redefinição da função da Junta, bem como a recomendação de que os governos da região "repensem o papel das Forças no século 21" de modo a ampliá-lo para tarefas não tradicionais de Defesa fazem parte de um estudo encomendado pelo Pentágono ao Conselho das Américas. O jornal ressalta que a recomendação da instituição reflete os interesses das grandes corporações dos Estados Unidos que possuem investimentos na América Latina. Baseado em

estudos do Banco Mundial sobre o impacto que a criminalidade crescente, a corrupção e falta de judiciários eficazes na região causam aos negócios, o relatório estabelece, pela primeira vez, as conexões entre segurança, investimento e desenvolvimento econômico e pede que os ministérios da Defesa passem a centralizar a avaliação do risco das ameaças representadas pelo crime organizado no hemisfério. Contudo, até o momento, a iniciativa contou com o apoio sólido apenas do Canadá. O governo brasileiro vem rejeitando a iniciativa, desde sua apresentação formal, em 2002, na fase preparatória da Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica, realizada no México. Além disso, não aderiu à ação americana contra o narcotráfico na Colômbia. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Rumsfeld defendeu ainda, em conversa com José Alencar, que as Forças Armadas devem ampliar suas funções, assumindo ações policiais com o objetivo de adaptação aos novos tempos e reação ao terrorismo e ao crime organizado. Isso porque, na sua visão, o mundo passou a conviver com tais elementos. Alencar demonstrou cautela ao falar sobre a possibilidade de mudança para ampliar o papel constitucional dos militares para ações policiais e se limitou a declarar que espera que a mudança não seja necessária. A alegação do ministro da Defesa de que a Constituição brasileira é muito específica quanto à soberania e à integridade territorial do país foi interpretada pela *Folha* como uma negativa às pretensões da Junta. O Brasil quer que a Junta, que é chefiada por um general de brigada do Comando Sul-americano, continue a funcionar como órgão consultivo para assuntos de defesa clássica, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), concentrando-se no inventário de medidas de fortalecimento da confiança entre os países, para reduzir ao mínimo o risco de conflitos. Segundo fonte oficial, o argumento brasileiro é que já existem na OEA órgãos e entidades especializados para tratar de cada uma das novas ameaças, como terrorismo, narcotráfico, tráfico de armas. O ministro da Defesa brasileiro, baseando-se no princípio da igualdade de representação dos Estados, deverá incluir a proposta de democratização do funcionamento da JID, cujo comando é exercido com exclusividade pelos EUA desde sua criação. Além de ouvir o secretário americano Donald Rumsfeld a respeito de um novo papel para a JID, José Alencar vai propor outra questão, de interesse direto para o governo brasileiro: a da cooperação e integração regional da indústria de defesa. No encontro, o Brasil aproveitará para falar sobre o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e oferecer aos países vizinhos cooperação para proteção ao meio ambiente. Ao falar do Sipam, o Brasil pretende mostrar como esse sistema de vigilância pode contribuir para as políticas de preservação da região. A cooperação e integração regional nas áreas de investigação, treinamento, ciência e tecnologia e indústria de defesa também estarão na pauta. Outro tema a ser discutido é o estabelecimento de políticas de preservação dos patrimônios naturais, de bens estratégicos e das grandes bacias hidrográficas da região. Em seus primeiros dias no Ministério da Defesa, Alencar iniciou os contatos com as Forças Armadas, particularmente com o Exército. Em data ainda não anunciada, Alencar pretende visitar os Comandos da Aeronáutica e Marinha, embora já tenha conversado com seus respectivos comandantes, o brigadeiro Luiz Carlos Bueno e o almirante Roberto Carvalho. Alencar assegurou que a equipe ministerial será mantida, inclusive o comandante do Exército, Francisco Albuquerque. O comandante, cuja permanência tem o endosso do Planalto, permanecerá no cargo

apesar de ter sido o pivô da crise que culminou na saída de José Viegas Filho do Ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/04; O Globo – Panorama Político – 18/11/04).

Conferência de ministros da Defesa II: Discurso de Alencar contraria sugestões norte-americanas

A *Folha de S. Paulo* noticiou que o ministro da Defesa, José Alencar, em seu discurso na abertura da 6ª. Conferência de Ministros da Defesa da América adotou uma postura notavelmente contrária às propostas norte-americanas, alertando para riscos à paz internacional decorrentes do aumento de despesas militares e das dificuldades em consolidar o desarmamento nuclear. O ministro enfatizou sua recusa referente às propostas dos Estados Unidos de ampliar o papel das Forças Armadas do continente para que estas atuem como polícia contra o terrorismo e crime organizado e alegou que este papel é de responsabilidade de forças policiais e órgãos de inteligência. A fala do ministro, de acordo com o jornal, incluiu apelos para o respeito ao direito internacional e ao multilateralismo e protestos contra o uso da força para combater o terrorismo. Assim, após dias de discussão, os países buscam um consenso sobre o documento final do encontro que está dividido de um lado pelo grupo formado pelos Estados Unidos, Canadá e Colômbia que desejavam que a "Declaração de Quito" destacasse o terrorismo e o crime organizado - incluindo o narcotráfico - como as principais ameaças da região, enfatizando a proposta para que as Forças Armadas americanas deixem de se preocupar com as denominadas ameaças tradicionais, dedicando-se ao combate dos crimes transnacionais. E do outro lado, o grupo liderado pelo Brasil, abrangendo os demais países da América Latina e o México, que propõe um documento mais amplo com o intuito de preservar o papel tradicional das Forças Armadas, respeitando as preocupações específicas de cada país e enfatizando que a pobreza extrema é uma ameaça à segurança. Os EUA apresentaram 24 alterações de cunho político ao esboço original da "Declaração de Quito" e - credenciaram 500 participantes num total de 1.400, com o objetivo de levar a cabo suas propostas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/11/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/11/04; O Globo – O País – 18/11/04).

Brasil e Alemanha encerram ciclo de acordos nucleares

Segundo noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, a Alemanha e o Brasil encerraram na semana passada, por meio de notas diplomáticas, uma cooperação de mais de 30 anos em programas de uso pacífico de energia nuclear. Durante a visita ao Brasil do chanceler alemão, Joschka Fischer, deixou-se claro que a Alemanha não irá mais colaborar com o Brasil na área de energia nuclear. De acordo com o Itamaraty, essa mudança nas relações bilaterais não afetará o programa nuclear brasileiro, especialmente a construção da usina nuclear Angra III, uma vez que o apoio tecnológico foi transferido para a empresa francesa

Framatome que já possui contratos com as usinas Angra I e II. Além disso, segundo Celso Amorim, tal programa é autônomo e não depende de cooperação. De acordo com reportagem da *Folha*, os relatórios da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do próprio ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, indicam que a usina nuclear de Angra III será construída. O general criticou os países que cobram mais abertura das usinas nucleares brasileiras às inspeções internacionais, alegando que os acordos de não-proliferação nuclear têm "mão dupla": prevêm que quem não tem não pode ter, e que quem tem deve diminuir. Para Félix, Angra III "significa, entre outras coisas, a continuidade do programa nuclear brasileiro, uma escala de enriquecimento de urânio que irá viabilizar o projeto de Resende (no estado do Rio de Janeiro)". Ele acrescentou que comercialmente há mercado para o projeto nuclear brasileiro, principalmente na área médica, e destacou que para ele o mais importante do projeto é que a tecnologia de enriquecimento é brasileira. O general mostrou-se preocupado com as pressões para que o Brasil abra suas usinas de beneficiamento de urânio à inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), por desconfiar que existe o interesse de desvendamento da tecnologia brasileira. (Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/11/04; Folha de S. Paulo - Brasil – 15/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/11/04; Jornal do Brasil – Brasil – 15/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/11/04).

FAB resgata brasileiros na Costa do Marfim

Conforme informou a *Folha de S. Paulo*, uma aeronave C-130 Hércules da Força Aérea Brasileira (FAB) resgatou 20 brasileiros e 3 estrangeiros, que estavam na Costa do Marfim, África. Os brasileiros se juntam aos milhares de estrangeiros que deixaram a Costa do Marfim, após a onda de violência iniciada no país. A crise foi deflagrada pela decisão das forças de paz francesas no país de destruir aviões da Força Aérea da Costa do Marfim, em represália a um bombardeio que matou nove soldados franceses. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro também decidiu enviar 13 militares de operações especiais para aumentarem a segurança da sede diplomática. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/11/04; O Estado de S. Paulo – Mundo – 16/11/04).

Historiador propõe que papel das Forças Armadas seja repensado no Brasil democrático

Neste dia 15, feriado nacional brasileiro de comemoração da Proclamação da República, o professor e historiador Marco Antonio Villa escreveu ao caderno Opinião, do jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da relação entre a República brasileira e os militares. Ao fazer uma ambientação histórica, Villa considera que a República brasileira nasceu sob o signo do militarismo, já que um golpe de Estado instaurou o novo regime e que, desde então, o fantasma do militarismo ronda a democracia brasileira. Segundo ele, esperava-se que, com o fim do período de ditadura militar, em 1985, as Forças Armadas retornassem às suas funções constitucionais e que o Presidente José Sarney tomasse a iniciativa de moldá-las ao regime democrático. No entanto, isso não ocorreu e a partir disso, as Forças Armadas não fizeram parte da agenda política, mesmo após a criação do Ministério

da Defesa. Villa argumenta que as Forças Armadas permanecem intocadas, com uma estrutura onerosa ao país. Bem como aponta que o poder civil não sabe reconhecer seu funcionamento interno, ora delegando-as ao combate à criminalidade nas grandes cidades, ora destinando-as a algum trabalho assistencialista, como o programa Fome Zero. Portanto, sem saber a real função das Forças, o governo ou ignora sua existência, ou atende alguma demanda corporativa, atacando problemas pontuais, sem que a questão central – o papel das Forças Armadas em um Estado democrático – seja discutida. De acordo com Villa, cabe ao governo e aos partidos políticos desenhar o modelo de Forças Armadas que pretendem para o país, adequado à conjuntura de um mundo com clara hegemonia norte-americana e com inimigos que não são mais os do século XIX. Ele questiona o porquê de não termos Forças Armadas organizadas em pequenas unidades, profissionalizadas, devidamente equipadas, permitindo a defesa eficaz das fronteiras nacionais e, quando necessário, segundo o disposto na Constituição, a manutenção da ordem interna. (Folha de S. Paulo – Opinião – 15/11/04).

América do Sul tem menor gasto militar do mundo

O jornal *O Globo* informou que a ausência de grandes conflitos bélicos nas últimas décadas levou a uma expressiva redução dos orçamentos militares dos países sul-americanos, sendo hoje a região que menos gasta em defesa, proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB). O balanço militar da América do Sul, divulgado pelo centro de pesquisa argentino “Nova Maioria”, mostrou que os gastos militares da região despencaram 48,4%. O Brasil corresponde a 52% do orçamento militar da região, em segundo lugar está o Chile e em terceiro a Colômbia. Segundo Rosendo Fraga, diretor do centro, a América do Sul não representa uma prioridade para os Estados Unidos, criando uma oportunidade inédita para o Brasil assumir uma forte liderança regional. O Brasil utiliza 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em gastos militares e, segundo o jornal, tanto o país quanto a região gastam a maior parte desses recursos com os salários dos militares. O Brasil é o único país sul-americano que tem um porta-aviões, no entanto, o Chile possui os equipamentos mais modernos, afirmou o jornal. (O Globo – O mundo – 16/11/04).

Brasil e Rússia avaliam propostas de cooperação espacial

O Ministério da Defesa, em conjunto com os Ministérios de Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores, avaliou as propostas da Rússia para um programa de cooperação espacial, incluindo a reconstrução da Base de Alcântara, no Maranhão. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, um acordo formalizado será realizado com a vinda do Presidente russo Vladimir Putin ao Brasil, na próxima semana. As condições de execução do programa já foram acertadas em Moscou, em outubro, entre o ministro da Defesa José de Alencar, o primeiro-ministro russo, Mikhail Fradkóv, e os diretores da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Agência Espacial Federal Russa. O jornal ressaltou que o acordo certamente envolverá a questão da transferência de tecnologia. (O Estado de S. Paulo – Vida – 17/11/04).

Justiça Federal suspende transferência de militares a universidades públicas

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Justiça Federal voltou a suspender a obrigatoriedade de universidades federais cumprirem o parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que reconhecia o direito de transferência de militares e seus dependentes, em caso de mudança pelo trabalho, para uma instituição pública mesmo que cursassem uma particular. O juiz federal da 4ª Vara, em São Paulo, Aroldo José Washington, concedeu tutela antecipada suspendendo os efeitos do parecer da AGU. Além da tutela antecipada, o Procurador Geral da República, Claudio Fonteles, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o parecer. Se tal parecer da AGU for julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a questão estará definitivamente encerrada e os militares e seus dependentes não poderão mais entrar com ações individuais na Justiça. (Folha de S. Paulo – Educação – 18/11/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/11/04; Folha de S. Paulo – Educação – 19/11/04; O Globo – O País – 19/11/04).

Possível futuro vice-secretário dos Estados Unidos objeta projeto nuclear brasileiro
Arnold Kanter, especialista republicano em segurança internacional e co-autor de um artigo recente sobre não-proliferação nuclear, no qual defende a suspensão do programa de enriquecimento de urânio em Resende ou, alternativamente, o isolamento internacional do Brasil, está cotado para o cargo de vice-secretário de Estado americano, sob Condoleezza Rice, que o presidente George W. Bush nomeou esta semana para substituir Colin Powell. Porém, tal escolha, segundo *O Estado de São Paulo*, poderia gerar uma nova discussão entre Brasil e Estados Unidos a respeito de Resende sob um foco potencialmente menos positivo do que a visão benigna que orientou a posição do governo Bush, até agora. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/11/04).

Presidente francês sugere Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU

O presidente francês, Jacques Chirac, defendeu uma reforma das Nações Unidas (ONU), e propôs aumentar o número de membros permanentes do Conselho de Segurança, sugerindo que o Brasil, a Alemanha, o Japão, a Índia e "um grande país africano", como a Nigéria ou a África do Sul, participem do Conselho de Segurança como membros permanentes. (Folha de S. Paulo – Mundo – 19/11/04).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.